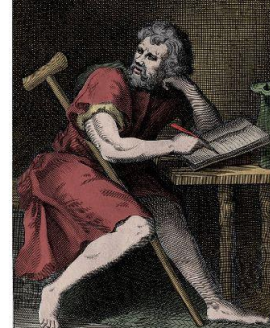


ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 50, Janeiro-Abril 26



AUTARQUIA E GOVERNO DAS EMOÇÕES: UMA RELEITURA DO *MANUAL DE EPICTETO*

AUTARKY AND THE GOVERNANCE OF EMOTIONS: A REREADING OF EPICTETU'S HANDBOOK

*Helcira Lima*²⁶

RESUMO: O artigo propõe uma releitura do *Manual de Epicteto*, tendo em vista a relação entre emoções e autarquia, afastando-se da visão de que as emoções devem ser eliminadas. Parte-se de seis eixos do texto que mostram como a conquista da autossuficiência (*autárkeia*) e da serenidade (*ataraxia*) parece também depender de uma transformação no modo de lidar com as emoções, que são entendidas como parte da natureza humana. Por fim, reflete-se sobre a pertinência e os riscos de se resgatar o ideal autárquico no contexto contemporâneo, questionando seu potencial como solução contra emoções coletivas desregradas e seu perigo de apropriação por narrativas de autocontrole que negam a vulnerabilidade humana. Pretende-se destacar, assim, que os problemas sobre os quais o filósofo se debruçou seguem abertos e atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Epicteto; *Manual de Epicteto*; Estoicismo; Autarquia; Emoções; Ética.

ABSTRACT: This article proposes a reinterpretation of Epictetus' *Handbook*, focusing on the relationship between emotions and autarchy (*autárkeia*), moving away from the view that emotions must be eliminated. It is based on six thematic axes from the text that demonstrate how the achievement of self-sufficiency and serenity (*ataraxia*) also seems to depend on a transformation in the way of dealing with emotions, which are understood as part of human nature. Finally, it reflects on the relevance and risks of recovering the autarchic ideal in the contemporary context, questioning its potential as a solution against unruly collective emotions and its danger of being appropriated by narratives of self-control that deny human vulnerability. The aim is thus to highlight that the problems the philosopher grappled with remain open and current.

KEYWORDS: Epictetus; Epictetus' Handbook; Stoicism; Autarchy; Emotions; Ethics.

²⁶ Professora Associada (Nível IV) de Linguística do Texto e do Discurso na Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Introdução

A relação entre emoções e razão constitui um dos fios condutores mais longevos e polêmicos da filosofia ocidental. Desde a Antiguidade, as emoções são entendidas a partir de um duplo registro, pois são reconhecidas como forças constitutivas da experiência, mas também são alvo de suspeita e de propostas de domesticação pela razão. Nesse debate, o estoicismo ocupa uma posição paradoxal, visto que é frequentemente reduzido a um ideal de impassibilidade e de frieza, caricatura perpetuada pelo senso comum e pelo adjetivo “estoico”, como salienta Gazolla (1999).

Nessa direção, este artigo nasce do interesse pela melhor compreensão desse debate, que foi renovado pela leitura do *Manual* de Epicteto. O objetivo consiste em investigar um núcleo fundamental da doutrina estoica, concernente à intrincada relação entre as emoções e o ideal da autarquia (a autossuficiência e o governo de si). Entendemos que o estoicismo não almeja a aniquilação dos afetos, mas, sua reorientação por meio do discernimento e do uso correto das representações (*phantasiai*).

Para tanto, nosso percurso argumentativo se organiza em três movimentos. Primeiramente, situamos o lugar das emoções no pensamento estoico, destacando como este se afasta tanto do modelo platônico de repressão quanto da moderação aristotélica, para concebê-las como juízos errôneos e movimentos ativos da alma. Em seguida, abordamos seis eixos do *Manual de Epicteto* que mostram como a conquista da autossuficiência (*autárkeia*) e da serenidade (*ataraxia*) parece também depender de uma transformação no modo de lidar com as emoções, que são entendidas como parte da natureza humana. Por fim, refletimos sobre a pertinência e os riscos de se resgatar o ideal autárquico no contexto contemporâneo, questionando seu potencial como solução contra emoções coletivas desregradadas e seu perigo de apropriação por narrativas de autocontrole que negam a vulnerabilidade humana. Pretendemos destacar, assim, o fato de que os problemas sobre os quais o filósofo se debruçou seguem abertos e atuais. Ao seguir esse caminho, não pretendemos esgotar a riqueza do *Manual* nem do pensamento estoico.

Emoções e estoicismo

Desde a Antiguidade Clássica, as emoções ocupam um lugar central e paradoxal nas reflexões da filosofia e da retórica. Embora reconhecidas como forças constitutivas da experiência humana, elas foram frequentemente alvo de desconfiança e repúdio por

parte de diversas tradições de pensamento. O projeto filosófico, em muitas de suas expressões, consistiu em domá-las, subordiná-las à razão e, em casos mais radicais, suprimi-las. Esse debate, que atravessa os séculos e as mais diversas escolas, estrutura-se em torno de questões fundamentais: como definir a natureza das emoções? (são perturbações do corpo, juízos da alma ou algo intermediário?) Como compreendê-las em sua função cognitiva e moral? Como compreender seu papel na vida social? De que modo elas participam da construção da subjetividade e das relações intersubjetivas? E de que modo elas nos falam sobre nossa relação com o outro?

Platão, um dos primeiros filósofos a refletir sistematicamente sobre as emoções, localizava-as principalmente nas partes inferior e média da alma, a *epitimia* (desejos e apetites, associada ao baixo-ventre) e o *timo* (os impulsos passionais e a coragem, associados ao peito) (Gazolla, 1999).

Segundo a interpretação padrão e majoritária, para o filósofo, as emoções representavam elementos inferiores e perturbadores da psiquê, que deveriam ser rigorosamente governados pela razão para que o indivíduo alcançasse tanto a virtude (*areté*) quanto o conhecimento verdadeiro. Essa perspectiva fundamentava-se em três eixos centrais: a antropologia dualista, que estabelece uma hierarquia e oposição entre a alma (princípio imortal e racional) e o corpo (elemento mortal e fonte de desordens); a teoria da tripartição da alma, que divide a psiquê em *lógos*, *thymos* e *epithymia*, cabendo à razão a função governante e, por último, a concepção das emoções como obstáculo epistêmico e ético, uma vez que prendem a alma ao mundo sensível, e obscurecem o acesso às formas inteligíveis.

Nesse quadro, o ideal do filósofo consistiria em um estado de harmonia interior no qual a razão, uma vez devidamente fortalecida, direcione o *thymos* e domestique os apetites, neutralizando assim a influência desordenada das emoções. Desse modo, a alma pode transcender a ilusão do mundo físico e ascender à contemplação da Verdade.

Alguns estudiosos, como Jean-François Pradeau (2008), destacam que, nos meandros dos diálogos, Platão também explora a complexidade dinâmica das paixões, especialmente do *thymos* (o ímpeto irascível) e do *eros* (o desejo amoroso), reconhecendo seu potencial positivo e a necessidade de uma estratégia educativa mais sofisticada do que um simples domínio por decreto da razão. Para Pradeau, devem-se considerar nuances fundamentais, tais como o papel ambíguo do *thymos* (que pode ser aliado da

razão) e a sublimação do *eros* (que pode ser reorientado para o bem e o belo), elementos que enriquecem e complexificam a leitura tradicional da psicologia platônica. Contudo, a partir da interpretação hegemônica da posição de Platão, consolidou-se uma profunda desconfiança filosófica em relação às emoções, as quais passaram a ser sistematicamente associadas à irracionalidade e ao erro. Essa visão ecoou por séculos no pensamento ocidental e suas marcas persistem no imaginário social. O senso comum frequentemente reproduz a noção de que emoção e razão constituem polos opostos e excludentes da experiência humana.

Na visão aristotélica, as emoções são movimentos naturais da alma que envolvem tanto um componente cognitivo (crença) quanto um afetivo (prazer ou dor), e devem ser governadas pela razão (*lógos*) para uma vida virtuosa. Isto porque em se tratando da busca por uma vida virtuosa, o objetivo é moderar as paixões, experimentá-las na medida certa, na hora certa, em relação às pessoas certas.

Na *Retórica*, Aristóteles propõe um caminho intermediário à concepção platônica e não apenas reconhece as emoções (*páthos*) como um dos três principais meios de persuasão (ao lado do *éthos* e do *lógos*), mas também as sistematiza em uma detalhada taxonomia. O valor do *páthos*, para Aristóteles, reside em sua capacidade de “alterar os juízos” dos ouvintes (Aristóteles). Essa perspectiva se desdobra em um método de análise baseado em três eixos: em que estado de espírito elas são experimentadas; a que tipo de pessoas se dirigem; por quais motivos.

Segundo Meyer (2003), na *Ética* as paixões são estados da alma da pessoa considerada isoladamente, na sua temporalidade individual e na *Retórica* elas são respostas endereçadas ao outro, à representação que o outro faz de nós. As paixões humanas podem, como destaca o autor, elevar o homem ao grau de autoconhecimento e ao aperfeiçoamento de si.

Em outra via, e, de acordo com a interpretação corrente, o ideal do estoicismo, por sua vez, seria alcançar a ataraxia, o afastamento das emoções. Disso resulta a ideia de que as emoções são nocivas e a verdadeira sabedoria está em atingir uma tranquilidade da alma. No entanto, como observa Gazolla (1999, p. 14), “fixar os estoicos na busca da ausência de paixões é, de certo modo, lê-los do lugar em que o próprio intérprete está”. Isto porque, nesse tipo de interpretação, confere-se ao filósofo estoico um perfil

semelhante ao que se consagrou historicamente ao adjetivo “estoico”, que diz respeito à firmeza moral, ao caráter incorruptível e à força diante dos reveses da vida.

Mais de dois mil anos foram necessários para que um pensamento filosófico pudesse concentrar-se numa palavra! Estranho destino para uma filosofia. O que de tão importante as reflexões estoicas oferecem, desde sua origem, aos homens para serem lembradas pelo vocabulário cotidiano na forma de adjetivo? (Gazolla, 1999, p. 12)

Essa confusão tem levado muitos a entenderem, como afirma Dinucci (2023) em entrevista, o estoicismo como uma anti-filosofia, um discurso anti-intelectualista que apenas apresenta regras para se viver bem. Atualmente, as ideias do estoicismo foram, inclusive, apropriadas pelo capitalismo mercadológico que busca nele, assim como no Budismo, na Nova Era, na “maratonagem” de séries, nos opioides e nas drogas, formas de aliviar as tensões dessas sociedades extremamente infelizes e carentes. Dinucci ressalta que na Antiguidade o estoicismo não visava suportar a vida ruim, mas alcançar a vida boa, o afeto, realizar o humano amplamente (Dinucci, 2023).

Como outras correntes filosóficas, a interpretação do estoicismo parece estar sujeita a significativas relações de força. Um fator preponderante é a vasta influência da tradição filosófica cristã, que por séculos condicionou a leitura e a recepção dos textos antigos (Gazolla, 1999). Acrescente-se a isso o problema da transmissão dos próprios textos: grande parte dos escritos originais sobre o estoicismo se perdeu ou jamais chegou a existir em forma escrita, de modo que, frequentemente, conhecemos muitos desses filósofos pela voz de seus críticos e detratores.

O estoicismo, em linhas gerais, é uma filosofia de inspiração socrática que surgiu no período helenístico, uma Era de expansão da cultura grega pelo Oriente. Ele seguia o método de exame crítico herdado de Sócrates, cujo objetivo é superar as opiniões enganosas para alcançar uma percepção acertada da realidade, compreendendo o mundo tal como ele é (Dinucci, 2023)²⁷. Seu surgimento se deu na *Poikile*, antigo mercado que foi transformado por Zenão de Cício em escola. Zenão fazia parte do que é considerado como estoicismo antigo (sécs III-II a.C.), mas há outros dois períodos destacados pelos estudiosos: o estoicismo médio (séc. II a. C.) e o estoicismo romano (séc. I a. C. – séc. II

²⁷ Essas declarações foram retiradas de uma entrevista do professor Aldo Dinucci ao podcast “Filosofia Pop”, publicada em 25 de setembro de 2023.

d. C.), sendo que apenas este último nos deixou textos integrais (Gazolla, 1999). Do estoicismo romano fazem parte Epicteto, Sêneca, Marco Aurélio. Em virtude dessa escassez de registros

A interpretação da filosofia estoica dependeu, para sua sobrevivência histórica, da doxografia que nos restou, da compilação e das considerações de estudiosos cuja visão de mundo não era mais estoicas (sic). Esse fato dificulta o estudo atual pelo próprio modo de as notícias compiladas serem expostas (Gazolla, 1999, p. 17)

A autora salienta que há, ainda, uma grande dificuldade de lidar com a diversidade de teses recolhidas pelos intérpretes, uma vez que essas fontes revelavam muitas polêmicas. Plutarco, fonte riquíssima sobre o estoicismo, por exemplo, tornou-se crítico ferrenho da Stoa; Cícero, por sua vez, usou o pensamento estoico para desenvolver sua própria retórica e Galeno recolheu grande parte da doutrina (sobre *pneuma* e *psyché*) e foi crítico de Crisipo. Soma-se a estes, Fílon de Alexandria, Alexandre de Afrodísia, Nemésio, Estobeu, Dion Crisóstomo, Proclo, Jâmblico e outros que, além de polemizarem, nem sempre diferenciaram as afirmações dos fundadores do Pórtico daquelas do estoicismo médio ou do estoicismo romano (Gazolla, 1999).

A filosofia estoica defende que o mundo é regido por um *lógos* racional, no qual todas as partes se inter-relacionam com precisão. Dessa unidade cósmica decorre a possibilidade da simpatia (*sympatheia*) entre os seres, uma conexão fundamental que também se estende ao nosso entendimento sobre eles. Nessa visão, eventos que aparentam ser irracionais ou isolados são, na verdade, interpretados como fruto de um erro de percepção ou julgamento humano, nunca como uma falha na ordem universal. Assim, o estoicismo configura uma forma de panteísmo naturalista, identificando Deus com a própria razão ordenadora e imanente a tudo que existe, o que caracteriza uma concepção física e totalizante da divindade.

A aporia fundamental inerente à psicologia estoica é explicitada por Brun (s/d, 81), ao problematizar a gênese do *páthos* a partir do próprio princípio racional que deveria reger o homem. Sua formulação interrogativa evidencia o núcleo do dilema: “uma vez que a paixão pertence ao domínio da tendência, e uma vez que a tendência é um movimento natural e racional (...) como é possível a paixão? Como é que uma tendência pode ser tirânica, irracional e antinatural permanecendo tendência? Como é que o que vem da natureza se pode opor a ela própria? (...) “como é que, pois, a tendência natural,

racional, quase divina, se pode tornar tirânica, irracional e transformar-se em paixão?” (Brun, s/d, 81).

Para enfrentar essas aporias, o autor propõe uma inversão hermenêutica fundamental em sua reflexão: a filosofia estoica não teria partido de uma definição *a priori* de uma “sabedoria natural” para, só então, indagar sobre a gênese das paixões. Pelo contrário, seu ponto de origem é a constatação empírica e trágica da condição humana: a de que “os homens são apaixonados e insensatos”. Talvez essa condição possa ser explicada pela seguinte afirmação: “Na redefinição dos afetos, levada a cabo pelo Pórtico, unifica-se a ordem sensível e a do inteligível. O coração passa a ter uma nova dimensão, lugar do *lógos* correto e do *lógos* indisciplinado” (Gazolla, 1999, p. 155).

Tais formulações parecem revelar um aspecto crucial da psicologia estoica: a paixão não constitui uma mera passividade ou recepção de estímulos externos (*páthos* em seu sentido etimológico), mas sim um movimento ativo e errôneo do *hegemonikón* (faculdade diretriz da alma), um juízo precipitado que se impõe de modo tirânico sobre o indivíduo, desviando-o do curso da natureza racional. As emoções não envolvem, nesse sentido, apenas juízos ou adesão indevida a uma representação falsa, mas ação.

A partir dessa diagnose da insensatez, o projeto estoico se configura como a busca por uma sabedoria que promova uma “reconciliação com o mundo e com os homens” (Brun, s/d, 81). As paixões, assim, são entendidas como parte da condição humana. Os estoicos não negam as emoções, mas defendem que o homem deve alcançar uma sabedoria para não avaliar a partir delas. Desse modo, a questão central para os estoicos não seria metafísica (“como o homem se separa de uma natureza fundamental para tornar-se apaixonado?”), mas sim ética e terapêutica. O problema parece se reformular da seguinte maneira: como demonstrar ao homem que a via do equilíbrio é realizável pelo que a própria natureza (*physis*) lhe oferece? A filosofia, assim, desloca-se da especulação sobre a origem do mal para a oferta de um caminho concreto de cura da alma, cujo fundamento está já inscrito na estrutura racional do *cosmos*. O *cosmos* é Deus material, vivo, racional e providencial. É a totalidade da realidade, da qual somos partes integrantes e conscientes.

Para Brun (s/d, p. 81), talvez seja esse o sentido da afirmação de Crisipo: “o mal não só não é nocivo como necessário à beleza do mundo e não é bom suprimi-lo” e “os estoicos não põem a questão de como podem nascer as paixões, eles constataam que elas

existem e perguntam-se o que é que elas são”. Isto porque a “natureza discursa, pensa, entende, na ordem que lhe é própria. Os pensamentos não podem ser considerados sem os sentimentos” (Gazolla, 1999, p. 155). Disso se depreende que as emoções não devem ser eliminadas, porque são necessárias e governá-las conduziria ao governo de si.

A busca pela felicidade é, assim, o estado de *apatheia*, segundo o qual o homem não seria perturbado pelas emoções e a verdadeira liberdade estaria em ser autossuficiente (*autárkeia*), independentemente dos caprichos do destino. Embora não se possa afirmar a centralidade da reflexão sobre as emoções em seu *Manual*, Epiceto parece tangenciar a questão em afirmações do tipo:

(...) lembra-te que este não é quem te diz injúrias, nem quem te fere nem quem te ultraja; mas é a opinião que tu tens dele que te faz olhá-lo como pessoa por quem és ultrajado. Quando alguém te desgosta e te irrita fica sabendo que não é aquele homem que te irrita mas a tua opinião acerca dele. Esforça-te pois, antes de mais, por não deixares levar pela tua imaginação; porque se alguma vez ganhares tempo a algum prazo serás mais facilmente senhor de ti.

A filosofia estoica parece se fundar em uma ascese, em um exercício de renúncia que visa superar as limitações humanas para alcançar um estado mais livre e não em uma metafísica descendente (Brun, s/d). O mal é a condição necessária para a ascensão em direção ao bem. Em outras palavras, a ascese é uma jornada de baixo para cima, pois parte do indivíduo imperfeito, imerso em um mundo caótico e sob influência das emoções, para que, através do exercício da razão e da vontade, ele possa “subir” em direção à sabedoria e à tranquilidade da alma (a ataraxia).

Para o estoicismo, o mal e a adversidade são, assim, o terreno de treinamento essencial para se alcançar a virtude — e as emoções estão incluídas nesse percurso. A ataraxia não deve ser compreendida, portanto, como ausência de emoções: “A paixão é um lógos, e o próprio lógos deve conhecê-la para bem adestrá-la, quando necessário” (Gazolla, 1999, p. 151). Deve ser entendida, sim, como um estado no qual o homem consegue encontrar a tranquilidade, a partir do controle das emoções.

O grande empreendimento do *Manual* de Epicteto recai na busca por essa serenidade intelectual, que consiste em não se deixar perturbar por fatores externos. Como observa o filósofo: “Não busques que os acontecimentos aconteçam como queres, mas

quere que aconteçam como acontecem, e tua vida terá um curso sereno” (8, 31). Pode-se afirmar, nessa ótica, que a ataraxia constitui o meio para se chegar à autarquia. Enquanto a primeira diz respeito à tranquilidade e à paz de espírito, a segunda refere-se à independência e à autossuficiência virtuosa. A ataraxia é, portanto, a condição que possibilita alcançar a autarquia. Nesse percurso, as emoções podem ser entendidas como uma espécie de “fator de risco” para essa empreitada ou como um “mal necessário” a esse empreendimento.

As emoções e o ideal da autarquia no *Manual de Epicteto*

Entre os textos aos quais temos acesso sobre o estoicismo romano, encontra-se o *Encheiridion*, que foi escrito por Lúcio Flávio Arriano Xenofonte, um dos discípulos de Epicteto. As aulas do mestre foram compiladas por esse cidadão romano de origem grega em oito livros (*As Diatribes de Epicteto*), dos quais quatro sobrevivem, além do *Manual*, uma síntese das ideias do estoico (Dinucci, 2012). O *Encheiridion* (adaga em grego), que tornou célebre o nome de Epicteto, refere-se a um conjunto de apotegmas para que o seguidor do estoicismo tenha sempre ao alcance da mão meios para enfrentar as dificuldades da vida e vencê-las, como destaca Dinucci (2012, p. 4).

Essas sentenças instrutivas têm como eixo condutor o princípio da autarquia, que pressupõe uma serenidade intelectual conquistada pelo domínio das emoções, premissa explicitada na orientação abaixo:

[10] Quanto a cada uma das coisas que sucedem contigo, lembra, voltando a atenção para ti mesmo, de buscar alguma capacidade que sirva para cada uma delas. Caso vires um belo homem ou uma bela mulher, descobrirás para isso a capacidade do autodomínio. Caso uma tarefa extenuante se apresente, descobrirás a perseverança. Caso a injúria, a paciência. Habitando-te desse modo, as representações não te arrebatarão.

Epicteto, aliás, foi exemplo de homem autárquico, pois, de acordo com os relatos aos quais temos acesso, foi um servo que ganhou liberdade por sua responsabilidade e inteligência. Mesmo quando estava sob domínio de um senhor como um objeto, pregava o domínio de si: “Não se considerava nem *dôulos* (escravo) nem um *phâulos* (insensato);

não era escravo do outro nem de si mesmo, dentro dos princípios da Stoa” (Gazolla, 1999, 164).

No *Manual de Epicteto*, é possível observar a noção de autarquia em seis tópicos fundamentais: o primeiro diz respeito à *distinção entre o que está e não está em nosso encargo*, base da autarquia, apresentada no Capítulo 1 (p. 15), e revelada no seguinte tópico: “Das coisas existentes, algumas coisas são encargos nossos; outras não”. Disso decorre que o que está “sob meu o encargo” (meus juízos, impulsos, desejos, repulsas) é o território no qual sou completamente soberano. Tudo o que é externo a isso (corpo, posses, reputação) é “alheio” e, portanto, não pode ser a base da minha felicidade.

Em segundo lugar, temos o *domínio do desejo e da aversão*, tratado no Capítulo 2, que consiste em direcioná-los exclusivamente para o que está sob nosso controle. Essa prática é fundamental para a autarquia, que se define precisamente como o governo de si mesmo e, por consequência, como domínio das emoções capazes de perturbar a alma. É por isso que Epicteto afirma que, ao transferir todo o desejo para o âmbito do que é internamente controlável, o indivíduo deve se lembrar de que

o propósito do desejo é obter o que se deseja, e o propósito da repulsa é não se deparar com o que se evita. Quem falha no desejo é não-afortunado. Quem se depara com o que evita é desafortunado. Caso, entre as coisas que são teus encargos, somente rejeites as contrárias à natureza, não te depararás com nenhuma coisa que evitas. (2, 17)

Em terceiro lugar, a *aceitação da realidade*, tema do Capítulo 8, revela-se como a expressão máxima da autarquia. Isso fica claro no preceito: “Não busques que os acontecimentos aconteçam como queres, mas quere que aconteçam como acontecem, e tua vida terá um curso sereno”. A autossuficiência, assim, não reside em forçar o mundo a conformar-se ao desejo individual, mas em harmonizar a própria vontade com a racionalidade do cosmos. Esta é a mais alta expressão da autonomia: a liberdade interior de consentir com o necessário. Deixar-se arrebatar pelas emoções, nesse caso, seria não apenas prova de irracionalidade, como também consentir com o supérfluo e, portanto, um afastamento da autarquia.

Em quarto lugar, temos a autarquia na identificação do “eu” com a faculdade de escolha, um conceito central explorado nos capítulos 1, 9 e 38 do *Manual*. Epicteto

estabelece essa distinção fundamental ao afirmar: “Não és teu corpo, nem teus bens, mas tua faculdade de usar as representações” (Cap. 1). Assim, o eu autêntico, livre e autossuficiente, reside exclusivamente na capacidade de julgar e de escolher, jamais nas circunstâncias externas. Essa ideia é reforçada pela máxima: “A doença é entrave para o corpo, mas não para a escolha” (Cap. 9). Portanto, a verdadeira autonomia consiste em compreender que o eu soberano é a própria *prohairésis*, inatingível pelas adversidades do mundo.

Assim, Epicteto reconceitua o “eu” não como a entidade vulnerável do corpo ou dos bens, mas como a faculdade soberana da escolha moral. Se se considera que esta é, por essência, o que sempre deve permanecer sob nosso poder, a própria natureza do “eu” é a autarquia. Consequentemente, nada externo possui a força para violá-la ou removê-la, exceto se o próprio “eu” se render, concedendo seu assentimento interno.

Em quinto lugar, para Epicteto, a autarquia manifesta-se concretamente na indiferença em relação às coisas externas, um tema recorrente no *Manual* (Cap. 11, 12, 24). Essa atitude é exemplificada na seguinte orientação: “Jamais, a respeito de coisa alguma, digas: ‘Eu a perdi’, mas sim: ‘Eu a restitui’. O filho morreu? Foi restituído” (Cap. 11, p. 23). Quem é verdadeiramente autossuficiente, portanto, não sofre com as perdas, pois sua fonte de valor e identidade reside inteiramente em seu foro interior. A prática estoica de ver todos os bens como “emprestados” e não como posses permanentes é um exercício mental constante que reforça a ideia de que o “eu” é completo por si só, independente do mundo exterior.

Por fim, em sexto lugar, a autarquia culmina na invulnerabilidade e na liberdade como fruto final, conforme destacado nos capítulos iniciais do *Manual*. Epicteto afirma de modo categórico: “Ninguém te causará dano” (Cap. 1, p. 19). Essa inviolabilidade só é possível porque o sábio, compreendendo os limites de seu controle, “pode ser invencível se não se engajar em lutas nas quais vencer não depende de si” (Cap. 19, p. 28). O estado final almejado não é um domínio sobre o mundo, mas um domínio absoluto sobre si que implica em um “eu” fortificado pelo autogoverno e, por isso, verdadeiramente livre. Essa é a realização máxima da autarquia.

O sábio não é, assim, um apaixonado, pois julga sabidamente, vive de acordo com a razão natural, o que conduz a se pensar em uma terapêutica (Brun, p. 84). Se a paixão é essencialmente desatino, pode-se afirmar que ela tem por origem, um erro de julgamento,

uma opinião falsa, uma adesão indevida a uma representação falsa. A paixão não é, dessa maneira, mais obra dos deuses, mas do homem – deslocamento fundamental.

Pode-se dizer que, em uma mesma direção, Gazolla (1999, p. 158) destaca que ao catalogar as espécies de paixões, o estoicismo deixar entrever “*certo comportamento do homem em relação ao outro como lugar da diferença*”. O outro é a fonte propícia às perturbações da alma e aos falsos julgamentos” [itálicos da autora]. E, ainda: “Em todas as paixões está a presença do outro como possibilidade de agitação da alma” (p. 159), porque o outro é o lugar possível para o homem perder-se de si mesmo. No entanto, para agir, é preciso conhecer, por isso entender as emoções como parte do humano é fundamental. E, ainda, não seria o caso de viver em isolamento, mas de não se deixar abalar pela diferença.

Se se parte do princípio de que as emoções são parte de nossa existência, de que estamos nelas, busca-se a abertura para a escolha. As emoções são perturbações, mas nem sempre podem ser moralmente escolhidas, pois as paixões desmesuradas estariam no rol daquelas que seriam danosas. E, como salienta Gazolla (1999), é exatamente a falta de domínio de si que afeta o estoicismo.

A autarquia se manifesta, assim, na negação da temporalidade cronológica, porque ela prescinde de passado e de futuro. Nada que ocorreu ou que pode ocorrer pode determinar os princípios do homem autárquico. Se ele se abala é porque foi carregado para a temporalidade das emoções desmedidas, que têm seu *kairós*. O tempo das paixões é o tempo humano, da exterioridade, enquanto o tempo do divino é o tempo da autarquia, das ações pensadas na interioridade (Gazolla, 1999). A autora salienta que não se trata de altivez ou de insensibilidade aos acontecimentos, como o adjetivo estoico passou a designar. A apatia não é ausência da ação, mas ao contrário disso, atividade que favorece a ação do *logos*. Além disso, a ataraxia não deve ser entendida como alheamento diante da vida, pois ambas são essenciais ao ideal do homem autárquico.

A famosa promessa estoica, ecoada por Epicteto, resume essa ideia: “Não te prometo coisas externas, mas a ti mesmo reto, conforme à natureza”. A aquisição desse “si mesmo reto” é a própria definição de autarquia. Portanto, a autarquia não é apenas um tema entre outros, mas a tônica e o objetivo final que unifica e dá sentido a todos os tópicos centrais do *Manual*. E, nesse sentido, é interessante pensar que foi uma era de grande poder imperial, instabilidade política em certos momentos e tirania, o que tornou

a filosofia estoica de Epicteto, focada na liberdade interior e na aceitação do que não se pode controlar, profundamente relevante e prática para seus contemporâneos.

E, hoje, talvez possamos reler o *Manual* de Epicteto orientados por essa via interpretativa, considerando que vivemos uma nova crise do capitalismo que aprofundou fraturas sociais. Como em outros momentos históricos de crise, os sujeitos se sentem perdidos e desamparados, o que os torna mais suscetíveis a discursos negacionistas e complotistas. Isto porque parece possível afirmar que em ambos os casos a avaliação se sustenta em juízos errôneos, de sujeitos movidos por emoções desmedidas, como o ressentimento, o medo e o ódio, por exemplo.

Além disso, eles se alimentam de um individualismo exacerbado, que interpreta a dor e a sensação de desamparo apenas a partir de uma perspectiva autorreferente, como um problema que diz respeito exclusivamente ao “próprio umbigo”. Essa visão impede a compreensão do sofrimento como um fenômeno que integra uma totalidade social mais ampla, que envolve o mundo como um todo e, evidentemente, todo ser humano. Para desconstruir essas ideias é preciso alcançar o domínio de si.

Nesse sentido, pode-se entender a autarquia como um ato de resistência, uma vez que ter governo de si implica em ser capaz de resistir não apenas às emoções desmedidas, mas a construções discursivas nocivas ao bem comum. E, nessa direção, pode-se recuperar o caráter político do estoicismo, que, na *parresia*, poderia reencontrar seu lugar.

No entanto, há um perigo que não pode ser negligenciado no próprio cerne da autarquia: o de que a centralização total no sujeito o transforme em uma fortaleza, absolutamente dono de si e autossuficiente. É preciso considerar a autarquia com cuidado, justamente porque o sujeito é complexo e essa ideia pode ser, em muitos casos, uma fantasia defensiva, uma promessa ilusória de imunidade contra a vulnerabilidade e o imprevisível da vida e, sobretudo, contra as emoções. Não por acaso, o estoicismo foi resgatado contemporaneamente pelo discurso da autoajuda, que o converte em técnica de produtividade, “vendendo” um autocontrole que promete sucesso não apenas emocional, mas também financeiro.

Contra essa visão excessivamente autárquica, pode-se afirmar que o caminho para uma vida psíquica realmente saudável não passa pela supressão das dependências, mas por seu reconhecimento e elaboração. Reler o *Manual de Epicteto* com essa chave, portanto, não significa descartá-lo, mas buscar nele uma via mais dialética, que permita

costurar novos diálogos, inclusive entre a virtude estoica e nossa condição essencialmente relacional e vulnerável.

Em um momento histórico em que o medo e o ódio definem os contornos da vida pública, reexaminar a tensão entre o ideal autárquico e a vida emocional torna-se uma reflexão urgente. Afinal, como sustentar a tranquilidade da alma a partir de um ideal de autossuficiência, se a própria vida emocional é forjada na relação inevitável com o outro? Se aceitamos que as emoções são tecidas por valores, julgamentos (que não são necessariamente errôneos) e pela dinâmica constitutiva entre o eu e o outro (identidade/alteridade) (Lima, 2023), que espaço resta para a autarquia? Essas perguntas deixamos para os mais entendidos responderem.

Referências

ARISTÓTELES (2010). *Retórica*. 4. ed. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Casa da Moeda.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Edições 70.

DINUCCI, Aldo. Introdução ao *Manual de Epicteto*. 3ª edição. Sergipe: São Cristóvão, 2012.

EPICTETO. *O Manual de Epicteto*. Tradução do texto grego: Aldo Dinucci; Alfredo Julien. Introdução e notas: Aldo Dinucci. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estoico: o duplo registro do discurso da Stoa*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIMA, Helcira. A propósito das emoções: a indignação “nos tempos de cólera” para uma política do cuidado. In: LIMA, Helcira; ABREU-AOKI, Raquel; MAZZOLA, Renan (org.): *Retórica, argumentação e emoções*. Itinerários convergentes. São Paulo/Campinas: Pontes, 2023.

LOPES, Marcos Carvalho. *Estoicismo com Aldo Dinucci* [S.I.], 25 set. 2023. **Filosofia Pop**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cr06LiXi4iI>. Acesso em: 10 out. 2025.

MEYER, Michel. “Aristóteles ou a retórica das paixões” (prefácio). In: Aristóteles. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PRADEAU, Jean-François. “Platão, antes da invenção da paixão”. In: BESNIER, Bernard et all. *As paixões antigas e medievais. Teorias e críticas das paixões*. Tradução de Miriam Campolina Diniz Peixoto. São Paulo: Edições Loyola, 2008.